

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 462.291 - RJ (2014/0007363-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ADALTO SANTOS
ADVOGADOS : JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA E OUTRO(S) - RJ057069
FLAVIA MARQUES FARIAS E OUTRO(S) - RJ120149
AGRAVADO : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : NILTON ANTÔNIO DE ALMEIDA MAIA - RJ067460
DIONITO DA SILVA MACHADO JUNIOR E OUTRO(S) - RJ130986

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por ADALTO SANTOS contra decisão que inadmitiu o recurso especial em face da não ocorrência de violação dos arts. 535 e 557 do CPC/1973, incidência da Súmula n. 7 do STJ e não comprovação da alegada divergência jurisprudencial.

O acórdão impugnado tem a seguinte ementa (e-STJ, fl. 486):

1) Agravo Inominado. Decisão monocrática que negou liminar seguimento ao recurso interposto pelo agravante. Ação de indenização por danos material e moral, decorrente de acidente ambiental. Petrobrás. Projetos GNL e GLP. Vazamento de catalisador. Município de Magé. Sentença de improcedência. - 2) A Lei 6938/81 estipula que a responsabilidade ambiental é objetiva e haverá responsabilização de provada a ocorrência do ato ilícito, do dano e o nexo de causalidade. - 3) No caso dos autos, como em anteriores, a parte autora, apesar de comprovar sua condição de pescador, não trouxe aos autos qualquer prova que demonstrasse os alegados danos sofridos, ônus que lhe cabia. Inteligência do art. 333, I, do CPC. - 4) Antecedentes jurisprudenciais. - 5) Manutenção da decisão agravada. Recurso desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 453/455).

Nas razões do recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF (e-STJ, fls. 457/492), o recorrente aponta violação dos arts. 165, 333, 458, II, 535, I, 565 e 557 do CPC/1973 e art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981.

Alega também divergência jurisprudencial em relação aos arts. 333, 535, I, e 557 do CPC/1973 e art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 575/582).

Irresignada, a empresa interpôs agravo (e-STJ, fls.642/659), buscando refutar os óbices apontados pela Corte estadual, afirmando para tanto "que a decisão agravada careceu de razoabilidade ao assentar a ausência de dissídio jurisprudencial nos termos exigidos pela lei e pelo regimento interno, sendo certo que não compete à Douta Terceira Vice-Presidência adentrar o mérito dos recursos interpostos a esta Instância Superior" (e-STJ, fl. 654), repetindo no mais – *ipsis litteris* – as razões do recurso especial interposto.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 685/688).

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

O inconformismo não merece prosperar.

O agravo que deixa de refutar especificamente os fundamentos da decisão agravada não é passível de conhecimento, em virtude de expressa previsão legal (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973) e da aplicação, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

Confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. PACOTE TURÍSTICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 182 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS PECULIARES DO CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. [...].

2. **É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do especial interposto, sob pena de não ser conhecido, conforme os termos da Súmula nº 182 do STJ.**

3. [...]

4. Agravo parcialmente conhecido e não provido.

(AgRg no AREsp 795.251/RJ, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/6/2016, DJe 1º/7/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.

1. **É inviável o agravo do art. 544 do CPC que deixa de impugnar fundamento da decisão recorrida por si só suficiente para mantê-la. Incidência da Súmula n. 182 do STJ.**

2. Viola o princípio da dialeticidade a falta de impugnação específica dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 455.224/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 28/11/2014.)

No caso dos autos, não foram impugnados os fundamentos relativos à não comprovação da divergência jurisprudencial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. **Não merece conhecimento o agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.
(AgInt no AREsp 1535094/CE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA,
julgado em 25/11/2019, DJe 27/11/2019)

Assim, é inafastável a aplicação, por analogia, da Súmula n. 182 desta Corte.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator